NOVA DIRETORIA

Câmara promove reunião solene para início dos trabalhos legislativos

Solenidade marca a abertura do 3º período desta 11º Legislatura

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Os trabalhos legislativos na Câmara Municipal de Tangará da Serra serão oficialmente iniciados nesta segunda-feira, 6 de fevereiro, com a reunião solene no Plenário da Câmara Municipal às 14h.

A solenidade marca a abertura do terceiro período desta 11° Legislatura, sob a presidência do vereador Romer Sator Yamashita – Romer Japonês (PV). O vereador será responsável pela condução dos trabalhos legislativos e também das decisões administrativas da Casa no biênio 2023-2024.

"A Câmara Municipal está de recesso parlamentar e retorna os trabalhos do Legislativo nesta segunda-feira. Por estar de recesso, muitos da sociedade civil organizada não conhecem toda mesa diretora e está será uma maneira de apresentar todos os componentes integrantes da mesma", explica o novo presidente, ao destacar que a solenidade deverá contar com a presença de representantes do Executivo Municipal, como o prefeito Vander Masson (União Brasil), do deputado estadual João José de Matos – Dr. João (MDB), das Polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros, da 10ª Subseção da OAB de Tangará da Serra, do Ministério Público, do Judiciário e de clubes de serviço, entre outros.

> Intenção desta Sessão Solene é aproximar o Legislativo a sociedade

"A intenção desta Sessão Solene é aproximar o Legislativo a sociedade de Tangará", reforça.

Romer comandará a Casa de Leis tendo ao seu lado, na Mesa Diretora, os vereadores Elaine Antunes (Podemos) como vice-presidente e Professor Sebastian (Cidadania) e Davi Oliveira (PSB), como primeiro e segundo secretários, respectivamente.

Como meta para esses dois anos, Romer Japonês afirma que o objetivo é mais uma vez a construção da nova sede da Câmara de Vereadores de Tangará da Serra, assim como outros que requerem a atenção de todos os vereadores. "As expectativas são de muito trabalho e cobranças, dentre estas ao Executivo Municipal para atenção a captação de água do Rio Sepotuba, o funcionamento do centro cirúrgico e também as UTIs. Já ao Estado a cobrança para acelerar a construção do Hospital Regional e a construção dos 500 apartamentos do MT PAR".

Vereadores que compõem a nova Mesa Diretora

Concessão do trecho entre Cuiabá e Sinop

PROCESSO DE AQUISIÇÃO

Governo aguarda definição do Banco Pine para assumir BR-163

Proposta apresentada prevê investimentos de R$ 1,2 bilhão

Secom - MT

O Governo de Mato Grosso aguarda a definição de apenas uma instituição financeira, credora da Odebrecht, para assumir definitivamente a concessão da BR-163, entre Cuiabá e Sinop.

Até a última sexta-feira, 3, apenas o Banco Pine não deu o aceite no acordo de renegociação das dívidas da Rota do Oeste, item primordial para que o Estado possa concluir o processo de aquisição da concessionária e assumir a administração da rodovia.

Por meio da MT Par, o Governo comprou as cotas de participação da Odebrecht Transport e assumiu as dívidas contraídas pela Rota do Oeste para a duplicação de 120 km da BR-163, entre Itiquira e Rondonópolis, na região Sul do Estado. Entretanto, diante dos investimentos que ainda serão realizados para que a duplicação da estrada seja concluída, o Governo busca a renegociação dessas dívidas.

Conforme a proposta apresentada pelo Governo, nos próximos dois anos serão investidos R$ 1,2 bilhão para a conclusão das obras no trecho mato-grossense da BR-163, com recursos próprios. Desse valor, R$ 300 milhões já estão no caixa da empresa estadual, enquanto o restante dos valores será repassado pelo Estado, segundo previsão orçamentária.

Em Mato Grosso, desde 2014, trecho de 800 km da BR-163 estão sob responsabilidade da Concessionária Rota do Oeste, que se comprometeu a duplicar mais de 450 km de asfalto no Estado. Entretanto, apenas 120 km de duplicação foram executados. O não cumprimento do contrato passou a ser apontado como a principal causa de mortes registradas na rodovia.

Em 2021, a Rota do Oeste concordou com a devolução amigável da concessão, após a intensificação das cobranças quanto a uma solução. Contudo, conforme a ANTT, o processo de uma nova licitação poderia levar até três anos, e resultaria em um aumento no preço da tarifa de pedágio.